



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
Nome: Marcelo Gomes da Silva¹
E-mail: mgsilva@uesc.br
Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Submetido: 12/06/2019
Aprovado: 24/04/2020
Publicado: 09/07/2020

[doi> 10.20396/rho.v20i0.8655676](https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8655676)
e-Location: e020033
ISSN: 1676-2584



Checagem
Antiplágio

Distribuído
Sobre



“SE UNIDOS ESTIVERMOS, CERTO VENCEREMOS”: A EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DA LIGA DE PROFESSORES DO RIO DE JANEIRO (1919-1937)

  Marcelo Gomes da Silva¹

RESUMO

O trabalho objetivou analisar as práticas, as finalidades e os sentidos construídos pelos professores e professoras ao se organizarem. Desse modo, centrou-se no escrutínio da Liga de Professores, realizando um levantamento de suas atividades através de publicações sobre a entidade em treze jornais, entre os anos de 1919 e 1937. Percebeu-se a recorrência do discurso pela união como algo que traria benefícios para a categoria, além do reconhecimento dessas entidades enquanto um órgão educacional, o que representou, empiricamente, a construção de redes de sociabilidade e a circularidade de professores e professoras para além das associações docentes, estabelecendo uma relação entre o movimento operário e outros espaços em disputa.

PALAVRAS-CHAVE: Organização docente. Liga de professores. História da educação.



“IF WE ARE UNITED, WE WILL BE SURE TO WIN”: THE ORGANIZATIONAL EXPERIENCE OF THE LEAGUE OF TEACHERS OF RIO DE JANEIRO (1919-1937)

Abstract

The objective of this study was to analyze the practices, purposes and senses built by teachers, men and women, when organizing themselves associatively. Thus, the research focused on the scrutiny of the League of Teachers, conducting a survey of its activities through publications about the entity in thirteen newspapers, between the years of 1919 and 1937. It was possible to perceive the recurrence of discourse by the union as something that would bring benefits to the category, besides the recognition of these entities as an educational agency. This represents, empirically, the construction of networks of sociability and the circularity of teachers, rather than restricted in teacher associations, establishing a relationship between the labor movement and other areas in dispute.

Keywords: Teaching organization. League of teachers. History of education.

"SI UNIDOS ESTUVIEREMOS, CIERTO VENCEREMOS": LA EXPERIENCIA ORGANIZATIVA DE LA LIGA DE PROFESORES DEL RIO DE JANEIRO (1919-1937)

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo analizar las prácticas, las finalidades y los sentidos construidos por los profesores y profesoras al organizarse. De ese modo, se centró en el escrutinio de la Liga de Profesores, realizando un levantamiento de sus actividades a través de publicaciones sobre la entidad en trece diarios, entre los años 1919 y 1937. Se percibió la recurrencia del discurso por la unión como algo que traería los beneficios para la categoría, además del reconocimiento de esas entidades como un órgano educacional, lo que representó empíricamente la construcción de redes de sociabilidad y la circularidad de profesores y profesoras además de las asociaciones docentes, estableciendo una relación entre el movimiento obrero y otros espacios en disputa.

Palabras clave: Organización docente. La liga de profesores. Historia de la educación.



“Os professores se associam”. Assim iniciava um texto escrito pelo professor José Oiticica na Revista *Gil Blas* no ano de 1919. Não é raro encontrar professores e professoras atuando de forma pública em movimentos políticos, escrevendo em jornais, e se organizando em associações docentes. As pautas políticas e as demandas dos professores estiveram, em muitos aspectos, atravessadas por reivindicações que também faziam parte das lutas do movimento operário: melhores condições de trabalho e aumento dos vencimentos. No contexto da Primeira República, os envolvidos no mundo do trabalho buscavam uma solução para “[...] a excessiva carestia da vida que aflige e onera as classes pobres [...]” (A ESCOLA PRIMÁRIA, 1917, p. 267), tema recorrente na imprensa da época.

Usando das chaves analíticas de Antônio Nóvoa (1991) em relação ao estatuto social e econômico dos professores, principalmente primários, podemos imaginar que associar-se foi uma maneira coletiva encontrada pelos professores para buscar melhorar suas condições profissionais. Segundo o autor:

As mudanças sociológicas do corpo docente primário produzidas no século XIX criaram as condições para o nascimento das primeiras associações profissionais. A emergência deste ator corporativo constitui a última etapa do processo de profissionalização da atividade docente, na medida em que corresponde à tomada de consciência do corpo docente de seus próprios interesses enquanto grupo profissional. (NÓVOA, 1991, p. 127).

Para além de reproduzir um debate já dado sobre os modelos de associações e em que isso contribui ou não para a profissionalização docente, interessa-nos refletir sobre os modos que os professores encontraram para agirem, atuarem, e, em que medida essas ações teriam contribuído, enquanto experiências de luta, para a constituição de uma identidade. Experiências tecidas a partir de um “[...] campo educativo ocupado por inúmeros atores [...]” (NÓVOA, 1999, p. 21), o que implica pensar em uma complexa rede de relações e disputas que faz a história do movimento associativo docente ser de “[...] poucos consensos e de muitas divisões.” (NÓVOA, 1999, p. 21). A existência de inúmeras associações para representar uma mesma categoria e a inconstância do seu tempo de duração pode ser um indício desse processo.

O período atribuído ao final do século XIX e início do século XX é demarcado pela intensificação do capitalismo no Brasil. Alguns autores apontam que, nesse momento, teria ocorrido, em consequência do avanço citado, a ampliação numérica da classe trabalhadora e a intensificação dos debates sobre a organização dos operários. Não há dúvida de que foi um momento de “[...] profundas transformações socioeconômicas associadas à transição de relações sociais do tipo senhorial-escravista para relações sociais do tipo burguês capitalista na cidade do Rio de Janeiro.” (CHALHOUB, 2012, p. 45). Em reação às mudanças e como forma de sobreviver às imposições estruturais, os trabalhadores desenvolveram estratégias e experiências de luta. Indícios dessas “resistências” são encontrados em vários discursos, narrativas, notícias, notas, ofícios e debates do período.



Um ato político carrega em si uma intencionalidade, pretende transmitir uma “verdade” articulada a um contexto que visa ao convencimento. Dito isto, não deixa de ser interessante conter, no discurso de posse do presidente da Associação dos Professores Primários, em maio de 1931, constatação da existência de uma “força cooperativista”, que, segundo o professor Zopyro Goulart, teria nascido das “mais humildes camadas operárias”:

O grande e elevado espírito sindicalista que orienta a sociedade moderna reflete uma das mais notáveis e interessantes feições sociais da vida humana. E essa formidável força cooperativista, nascida nas mais humildes camadas operárias, talvez como expressão de defesa, quiçá como índice de revolta, daí se vem expandindo e elevando cada vez mais, principalmente após a guerra, de modo a subordinar e dominar impressivamente a consciência político-social dos governos. (A ESCOLA PRIMÁRIA, 1931, p. 26).

Teriam os professores aprendido com os operários a “força cooperativista”? Neste aspecto, podemos inferir que os professores, através da circulação nos espaços urbanos e envolvidos com outras entidades, podem ter se articulado e buscado aproximação através de pautas comuns, como a disputa pela educação das classes populares. Portanto, a publicação do professor José Oiticica representa um indício, do ponto de vista discursivo, da produção de uma narrativa que compunha o debate político naquele momento. Narrativas que disputavam, entre as complexas redes e representações sobre a heterogênea profissão docente, as construções de identidades. “Os professores se associam”, afirmava Oiticica. Mas o fazem, continua, porque “[...] reconhecem-se operários intelectuais, obreiros da educação, proletários do pensamento.” (GIL BLAS, 1919, p. 6).

Qual o motivo desse reconhecimento dos professores enquanto operários? Se tomarmos a conjuntura das lutas do movimento operário na Primeira República, podemos inferir que essa aproximação revela um desejo de ampliar a atuação docente no debate do movimento. O processo de ocupação do território da cidade pela população esteve marcado por disputas. Assim como o território, os espaços de poder, após a proclamação da República, também estavam sendo disputados por diferentes grupos. Com o novo regime, abriu-se uma discussão sobre a construção de um “novo Estado”, porém, a intervenção de atores sociais diversificados impedia um consenso sobre a própria ideia de República. Segundo Ângela de Castro Gomes, “[...] as crises sucessivas – políticas, econômicas e sociais – que pontuam as duas primeiras décadas da República denotam a vivência do sentimento de permeabilidade do regime, e, mais que isso, de que o poder não estava ocupado.” (GOMES, 2005, p. 35).

Como destaca a autora, diversos atores políticos se inseriram nesse processo, principalmente em torno da camada da população denominada como “povo”, no caso, os trabalhadores. O conceito de trabalhador e a ideia sobre o trabalho também estava passando por uma reconfiguração, pois o pós-abolição ainda trazia resquícios sobre os trabalhos manuais que precisavam ser reelaborados, já que, no Brasil “[...] a escravidão tornara o trabalho manual um símbolo de degradação [...]” (GOMES, 2005, p. 41), por isso precisou ser ressignificado pelos



próprios trabalhadores, processo que foi fundamental na construção do agir coletivamente. (MATTOS, 2009).

Os estudos que remetem à classe trabalhadora no Brasil discorrem sobre a complexidade relacionada ao entendimento da formação da mesma. Não é nosso interesse abarcar esse debate, mas é necessário destacar que existem divergências na historiografia brasileira sobre a formação e as características da classe trabalhadora no contexto da Primeira República. Esse debate é atravessado pela questão da escravidão, que coloca grandes dificuldades analíticas, e do pós-abolição, que marcou certas narrativas sobre a formação da classe operária nessa conjuntura. Segundo Silvia Lara (1998), a história do trabalho no Brasil, do final do século XIX ao início do século XX, está relacionada com o trabalho livre assalariado. Para a autora, a historiografia social do trabalho contém em si mesma, um processo de exclusão, ou seja, nela não figura o trabalhador escravo ou liberto.

Essa transformação sobre o conceito de “trabalho” também foi observada pelo historiador Sidney Chalhoub (2012). Segundo o autor:

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. (CHALHOUB, 2012, p. 48).

Ângela de Castro Gomes (2005) diz que nesse momento havia uma disputa sobre quem seriam os representantes dos trabalhadores, processo que se desencadeou no sentido de “falar aos” ou “ser a voz” destes. Nesse contexto, reuniram-se sujeitos identificados com os ideais socialistas e anarquistas. A proposta de ação dos grupos em questão, apesar de divergentes em muitos aspectos, contribuiu para a organização da classe trabalhadora em associações, fato que não era novo no Brasil, mas que agora ganhava novos contornos políticos, como por exemplo, a discussão sobre cidadania com o verniz republicano. Entre os socialistas:

O que se propunha eram formas de associações de trabalhadores, com base em ofícios, que iriam se articular a um órgão central, do qual emanariam as diretrizes políticas do movimento. O partido ou o “centro do partido” funcionaria criando uma estrutura associativa que envolveria os sindicatos de ofício e também tipos de órgãos. (GOMES, 2005, p. 53).

Já os anarquistas, em relação à proposta organizacional, defendiam outros mecanismos. Eles combatiam a opção dos socialistas pelo partido político e criticavam a antiga tradição associativa de bases beneficentes, experimentada pelos trabalhadores. Os anarquistas propunham, visando construir um sentimento de solidariedade operária e, conseqüentemente, um sentido de pertencimento a um grupo, “[...] a atuação dentro de sindicatos, definidos como ‘sindicatos de resistência’. Esse novo tipo de organização se caracterizava pelo abandono das práticas assistencialistas e pela firme postura da ‘ação direta’ ante o patronato e o Estado.” (GOMES, 2005, p. 87).



Os conflitos surgidos nesse período de transformações também sofreram interferências por parte do poder público, que tentava controlar alguns setores da sociedade, principalmente os trabalhadores. Se, por um lado, a República preconizava um “liberalismo político”, por outro lado:

O Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que, obedecendo aos preceitos do liberalismo político, propunha-se mínimo e pouco cogitava resolver problemas na área da saúde, trabalho, previdência e lazer, proclamava constitucionalmente a liberdade de associação e criava meios de controle sobre a criação e funcionamento das então denominadas “sociedades civis”. (FONSECA, 2008 p. 16).

Era este o contexto que envolvia as relações e narrativas sobre o trabalho e os trabalhadores, ou seja, a “invenção do trabalhismo” (GOMES, 2005). No entanto, no caso da profissão docente, havia uma relação histórica com a ideia de sacerdócio. Neste aspecto, a fala do professor José Oiticica aponta para uma tentativa de desvinculação dos professores com essa identidade. Afinal, “[...] mesmo quando a missão de educar é substituída pela prática de um ofício e a vocação cede o lugar à profissão, as motivações originais não desaparecem.” (NÓVOA, 1999, p. 16). No caso do Brasil, Amália Dias (2008) demonstrou que houve uma construção narrativa sobre os professores a partir dos próprios agentes estatais, que substituiu a ideia de “apostolado”, mas não por completo, pois se passou ao uso do termo “Apostolado Cívico”. Segundo a autora:

A concepção de magistério como sacerdócio subsistiu nas políticas de profissionalização do magistério no pós-1930. Contudo, o termo “cívico” e o significado específico de que se revestiu, caracterizou a concepção dos setores entrincheirados na sociedade política sobre a função social e política do magistério, em face de seu projeto de conquistar o consenso ativo dos dominados. (DIAS, 2008, p. 25).

As mudanças nos termos são indícios das representações sobre a profissão em cada época. Do mesmo modo, implica em interesses que envolvem a relação dos professores no espaço da cidade, do modo como eram reconhecidos socialmente pela estrutura estatal e, também, o modo como se reconheciam. Amália Dias (2008) aponta que, além da construção do termo “Apostolado Cívico”, houve, na década de 1930, a formulação dos professores enquanto “trabalhadores do ensino”. Isso se justifica devido ao momento histórico.

Trabalho e educação são dimensões que marcam fortemente a história daquele período, em que extensa legislação educacional e trabalhista foi desenvolvida para sustentar as bases do desenvolvimento econômico do país e do projeto político que lidera a construção do Estado. Acontece que os professores, além de agentes educativos, elevados a uma condição importante, dado o significado assumido pela educação para o êxito do projeto político e econômico em curso, foram também envolvidos, enquanto trabalhadores, em processos que repercutiram diretamente sobre sua profissão, posto que o Estado buscou regular o campo de atuação profissional dos professores. (DIAS, 2008, p. 140).

Interessava ao debate proposto por Oiticica que os professores se percebessem “[...] explorados torpemente por seus patrões, seja esse patrão o Estado, sejam os particulares, donos



dos colégios.” (GIL BLAS, 1919, p. 6). Há, nesse caso, uma reconhecida importância dada às associações, mas não qualquer modelo organizativo, “[...] não sociedade literária ou dançante, mas sociedade claramente, deliberadamente, de defesa.” GIL BLAS, 1919, p. 6). O termo associativismo remete a diversos grupos, modalidades e reuniu diferentes categorias. Não necessariamente as associações possuíam caráter reivindicativo ou de atuação como os sindicatos. Do mesmo modo, não significa que todas as associações são organizações de trabalhadores. Em relação ao nosso trabalho, nos interessam as associações docentes. No entanto, a cidade do Rio de Janeiro vivenciava uma grande organização de diferentes grupos em associações e havia uma circulação institucional entre elas. Segundo Vitor Fonseca (2008), as organizações em sindicatos possuem suas características, que as diferenciam, por exemplo, de uma tradição associativa de cunho mutualista, a tradição das corporações de ofício e as irmandades leigas. O autor destaca que, em 1887, o Rio de Janeiro contava com 115 associações com fins assistencialistas, sendo que, destas, 48 tinham cunho profissional. O autor aponta ainda que, em 1907, havia o número de 180 associações sem fins econômicos.

A existência das associações é fato já bastante estudado na historiografia, por exemplo, nos trabalhos de Vitor Fonseca (2008), José Gondra e Alessandra Schueler (2008), Daniel Lemos (2006; 2011), Ana Costa (2012), Gisele Teixeira (2016) e Libania Xavier (2013). Vitor Fonseca (2008), ao estudar as relações entre associativismo e cidadania, percebeu a existência de uma estrutura burocrática e, em certa medida, de controle por parte do Estado. No entanto, analisa o associativismo relacionado aos debates sobre cidadania, direitos civis e opinião pública. Ao fazer uma incursão pela temática em alguns países, a exemplo do associativismo inglês, o autor percebeu que, em alguns aspectos, possuíam práticas que se assemelhavam com as associações criadas no Brasil, como a promoção da educação de seus membros, a fundação de bibliotecas, criação de cursos noturnos para adultos e criação de jornais para aumentar a disseminação de notícias.

Essas práticas também podem ser observadas entre as associações docentes no Brasil, o que remete a uma influência e circularidade entre as entidades brasileiras e destas com o debate internacional relacionado à organização dos professores. Novamente, remetemos à publicação do professor José Oiticica, que neste aspecto irá dizer:

Agora, os professores do Brasil, sentindo-se essa inferioridade vergonhosa, tomando exemplo nos operários manuais, que pela união resistem e vencem seus exploradores, resolveram fazer o mesmo que fizeram seus colegas franceses (...). Em França, os professores começaram sua união por meio de sociedades de pedagogia a que chamaram “Le Amicales”. Essas “Amicales” promoveram o entendimento entre professores de todo o país, conseguiram elevar um pouco o seu salário e iniciaram o trabalho de sua libertação, “emancipação”, como diziam, dos politíqueiros suseranos. (GIL BLAS, 1919, p. 6).

Em toda a publicação, como destacado, Oiticica busca convencer os professores sobre a importância do seu reconhecimento enquanto “operários”. Mas faz esse movimento analítico



demonstrando as vantagens que isso traria para a categoria, inclusive vislumbrando a possibilidade de se unirem às Federações de Trabalhadores, como ocorrido em França:

[...] as “Amicales”, por seu turno, se constituíram em “Federação” e, por iniciativa da “Fédération des Bourses du Travail”, tratou-se da união da classe dos professores com a classe operária federada (...). Foi decidido, em março de 1908 a adesão da “Federação” de professores à “Confederação Geral do Trabalho”. De modo que hoje, os professores primários de França consideram-se operários como quaisquer outros, garantindo-se fortemente, apoiados nas demais classes trabalhadoras. (GIL BLAS, 1919, p. 6).

A incorporação das associações docentes junto às Federações de Trabalhadores tornou-se uma prática. Mas, mesmo antes de se unirem oficialmente a essas entidades, os professores e professoras atuaram em conjunto com os operários, participando de greves, oferecendo conferências e palestras em associações diversas, colocando-se publicamente, na imprensa, a favor das reivindicações dos trabalhadores. Portanto, havia uma circularidade entre esses sujeitos, que envolvia ideias, práticas, e, acreditamos, um diálogo que pode ter contribuído e influenciado seus modos de agir. A fala do professor acima descrita aponta para uma circularidade internacional, que também pode ser observada na criação da Associação Brasileira de Professores:

O exemplo da Europa e dos principais países da América, onde as várias classes sociais se acham organizadas em poderosos sindicatos profissionais, vão rapidamente frutificando no Brasil. Raro é o dia em que não nos chega a notícia da formação, aqui ou nos Estados, de uma nova sociedade de classe. Até nos longínquos sertões de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso vão elas surgindo com uma rapidez tal, que se não pode negar sejam o fruto duma necessidade iniludível, uma consequência natural da evolução do atual sistema social-econômico. Como é ainda natural, organizaram-se primeiro, em toda parte, as classes assalariadas, as que, formando a base da pirâmide social, são as que mais sofrem a necessidade da resistência. Com a classe de que nos vamos ocupar, deu-se, porém, aqui no Rio, um fenômeno de inversão interessante. Constituiu-se antes a Associação Brasileira de Professores, congregando os diretores de colégios; e só agora, impelidos por aqueles, se dispõem os empregados a organizar o Sindicato dos Professores, com o fim de arregimentar todos os profissionais assalariados, de escolas públicas ou particulares. Talvez tenham concorrido para isso também, as notícias que nos chegam de França, onde há pouco se reuniu em congresso todos os professores organizados do país. (A RUA, 1919, p. 4).

Note-se o período de efervescência internacional em torno da organização dos trabalhadores, influenciados talvez pelo contexto da Revolução Russa, ocorrida em 1917, que criou um novo horizonte para a classe trabalhadora. A circularidade de ideias pode ter criado uma aproximação entre os professores, indicando uma rede de sociabilidade que envolvia refletir sobre as condições dos docentes, as ações estabelecidas para dar conta das demandas e a percepção da importância da união em associações. Neste sentido, é relevante a presença, em 1913, do anarquista, inspetor escolar, literato e professor, Fábio Luz, como presidente da Liga de Professores Primários.

A rede de sociabilidade, as relações e a influência que o professor possuía podem ser elucidadas a partir do Fundo Fábio Luz, sob a guarda do Arquivo Nacional. As cartas enviadas



e recebidas por ele revelam, em parte, uma prática que parecia comum à época: o pedido de nomeações, indicações e transferências de professores e professoras. Entre as diversas epístolas que compõem o Fundo, encontram-se algumas enviadas por escritores e intelectuais, como Oswald de Andrade, Manoel Bomfim, Edgar Leuernroth etc. Os temas presentes na documentação envolviam desde discussões sobre anarquismo a obras literárias de diversos escritores. Os lugares de onde as cartas eram enviadas refletem a gama de relações do professor, o que induz a pensar sobre como os debates internacionais eram incorporados pelos docentes brasileiros. Entre as quase duas mil páginas de documentação que compõem o Fundo, encontram-se missivas que chegavam da América do Sul e Europa, de países como o Uruguai, Espanha, Argentina, França e U.R.S.S.

A circularidade docente internacional também ocorreu a partir das associações de professores. Em 1931, o *Diário de Notícias* publicou uma entrevista com o professor chileno Cesar Godoy Urrutia, que naquele ano realizava uma excursão pela América Latina como delegado da Internacional do Magistério Americano (I.M.A.). A entidade havia sido fundada em 16 de janeiro de 1928, na “[...] primeira convenção de professores da América, celebrada em Buenos Aires, por iniciativa da extinta Associação Geral de Professores do Chile.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931b, p. 7). Incorporava a I.M.A. as associações de professores da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, São Salvador, Honduras, México, Paraguai e Uruguai.

Adrián Ascolani (2013), ao analisar a vinculação das ideias e experiências de organização do professorado primário na América Latina, especialmente entre Argentina e Chile, destaca que a constituição da Internacional do Magistério Americano foi o principal instrumento para a aproximação dos professores em nível continental. A primeira convenção de professores da América, citada acima, que ocorreu no ano de 1928, em Buenos Aires, demonstrou as ideias defendidas pela I.M.A.

La convocatoria de La convención, refleja las preocupaciones educacionales del magisterio sindicalizado chileno, que em comparación com sus pares de los otros países de América del Sur, tenía un plan de organización gremial y una propuesta de reforma educacional mucho más compleja y radicalizada, como lo reflejaba el programa de asuntos a debatir, que incluía: La Nueva Educación, las relaciones entre escuela y Estado, el gobierno de la educación, la contribución del magisterio a la paz y la justicia social, la organización nacional e internacional del magisterio, la situación del magisterio, la alianza de trabajadores intelectuales y manuales, la acción del magisterio contra las dictaduras y el imperialismo. (ASCOLANI, 2013, p. 61).

Entre os ideais da I.M.A. constava a “organização nacional e internacional do magistério” e a “aliança de trabalhadores intelectuais e manuais”, debate que também percebemos na constituição das associações docentes brasileiras. A participação do Brasil nos encontros da Internacional do Magistério ocorreu durante a realização do segundo congresso de professores americanos, no ano de 1930, na cidade de Montevideu. A Federação Nacional das Sociedades em Educação enviou a professora Celina Padilha como delegada, enquanto o Sr. Candido Jucá foi o representante enviado pela Associação de Professores do Brasil. Em

entrevista concedida ao jornal, o professor Cesar Urrutia detalhou o programa e as finalidades da entidade:

Quanto no seu programa de ação, educacionalmente, a I.M.A. admite e propaga os princípios da escola ativa, como associação de classe, bate-se pelo melhoramento integral das atuais condições do professorado, socialmente, está incorporada ao novo idealismo que fixou as inquietudes e movimentos da mocidade e das massas populares da América, sem que haja tomado posição ao lado de uma tendência política ou filosófica determinada. Sua amplitude e ecletismo permitem apoiar todas as iniciativas felizes que surgem em favor da unidade americana, da manutenção da liberdade e da melhora da justiça. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931b, p. 7).



Figura 1: Visita do professor Godoy Urrutia a Liga de Professores
Fonte: Diário de Notícias (1931a, p. 7).

Na imagem acima, o professor Godoy Urrutia encontra-se ao centro, entre os professores da Liga de Professores, após realizar sua conferência. Ao seu lado, à direita da imagem, vê-se a professora Floripes Anglada Lucas². O *Diário de Notícias*, no final da entrevista, perguntou ao professor: “Que se propõe a fazer no Rio?” O delegado da Internacional do Magistério Americano respondeu que seu propósito era “pôr-me em contato com todas as entidades e valores que marcham na mesma corrente do nosso movimento”. A Liga de Professores foi uma das entidades em que o professor Urrutia se “pôs em contato”. No dia 22 de maio de 1931, um dia antes de deixar o Brasil rumo à Espanha, na sede da Liga, realizou a conferência “Sugerencias de um viaje por America”, comparecendo “grande número de pessoas, em sua maioria, membros do magistério”. De acordo com o *Diário de Notícias*, o conferencista,



primeiramente, discorreu sobre os conceitos de “Pátria, Continente, Humanidade”. Em seguida, passou a falar da “missão da América”, ocupando-se da “[...] juventude e da geração histórica de Ortega y Gasset, para, depois, apreciar a influência dos mestres, a sua função social, a sua cultura [...]”, além de tecer críticas aos Estados Unidos. (DIARIO DE NOTICIAS, 1931c, p. 7).

Os fragmentos apresentados permitem inferir que houve uma intensa movimentação e circulação de professores, acompanhada de debates que envolviam uma articulação e organização por parte dos docentes. Não era rara a presença de professores estrangeiros no país. Em alguns casos, as associações patrocinavam a vinda de professores para ministrarem conferências, como ocorreu com o “[...] fundador do Ginásio Modelo de Bogotá [...]”, Augustin Nieto Cabellero, que esteve no Brasil sob o “[...] patrocínio da Associação Brasileira de Educação, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Liga de Professores e Liga do Ensino Secundário [...]” e realizou “[...] no salão da Escola Politécnica, uma conferência sobre *Os métodos da Escola Ativa.*” (O PAIZ, 1925, p. 5).

Em *Viagens Pedagógicas*, livro organizado por Mignot e Gondra (2007), os trabalhos demonstram viagens de professoras e professores brasileiros para a América e Europa, prática que ocorria desde o século XIX e permaneceu no período republicano, como podemos observar pela presença dos delegados das associações em congresso no Uruguai. No entanto, o interesse das viagens e as aproximações entre as entidades, pelo que parece, vão além de questões pedagógicas, mas envolvem também um caráter relacionado à atuação e organização dos professores. Esta relação também se dava pelo envio de mensagens por representantes, buscando uma aproximação e diálogo com colegas de outros países. Em 1920, a Liga de Professores encaminhou, através do “Secretário Geral do Ministério da Instrução Pública”, “[...] uma mensagem de solidariedade profissional aos seus colegas portugueses.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1920, p. 1). A mensagem tinha o intuito de buscar um “intercâmbio” com professores daquele país. O jornal *Voz do Povo* anunciou a mensagem com o título: “Pela Internacional do Pensamento”. (VOZ DO POVO, 1920, p. 1). Em resposta, “O Congresso do Professorado” português enviou um telegrama assinado pelo presidente da União, Souza Vuilinho, saudando “[...] entusiasmadamente os colegas do Rio, desejoso em estabelecer intercâmbio intelectual, cimentado de relações fraternais.” (JORNAL DO BRASIL, 1920, p. 8).

Parece ter se tornado uma prática formal de aproximação o envio de saudações entre as associações. Aproveitavam-se as oportunidades para se estreitar os laços, como a vinda ao Brasil, em 1923, do Sr. Guilherme Martinez, Inspetor dos estabelecimentos de cultura física do Chile, incumbido “[...] de estudar a organização das escolas profissionais e institutos de educação física [...]”, para fazer a entrega de “[...] uma saudação de cordialidade da Sociedade Nacional de Professores do Chile [...]” à Liga de Professores do Rio. (JORNAL DO COMMERCIO, 1923, p. 6).

As redes de sociabilidade e estreitamento de relações entre o professorado envolviam não apenas debates políticos, manifestações etc., simples eventos sociais serviam de estratégia



para se aproximar de professores e professoras estrangeiras. Foi o caso ocorrido em 1927, quando um grupo de 48 professoras argentinas estava em excursão pela cidade do Rio de Janeiro. Naquela ocasião, a “Liga dos Professores Municipais” ofereceu um chá no “Hotel Internacional, no Sylvestre”. Entre os presentes, constavam “vários inspetores escolares”. As professoras iriam também realizar “[...] visitas a várias de nossas escolas públicas.” (O PAIZ, 1927, p. 4).

Não foi a única vez que professores da Argentina visitaram o Brasil. Em outra ocasião, no ano de 1934, o *Jornal do Brasil* informava que “com esta, é a terceira vez que os professores argentinos visitam o Rio de Janeiro. E têm vindo sempre em grupos numerosos.” Segundo o jornal, da primeira vez, vieram quarenta e oito, da segunda, sessenta e oito e, no ano de 1934, cerca de setenta chegariam. Por causa desse fato, em sessão conjunta extraordinária, reuniram-se as “três grandes associações: Associação de Inspetores Escolares Liga de Professores e Associação dos Professores Primários”, para debaterem a necessidade de buscar apoio financeiro do governo para realizar esse “comércio espiritual” e retribuir o gesto de aproximação demonstrado pelos colegas argentinos. Afinal, diziam: “[...] são professores, são outros tantos responsáveis, como nós, pelo futuro dos dois povos.” (JORNAL DO BRASIL, 1934, p. 14).

A Liga de Professores, juntamente com a Federação Nacional das Sociedades de Educação, buscou aproximação, também, com o professorado norte americano, em mensagem encaminhada e assinada pelas figuras dos seus respectivos presidentes, a professora Floripes Angladas Lucas e José Augusto Bezerra de Medeiros. A resposta, recebida pelo Instituto de Educação Internacional, declarava que:

A Associação Nacional de Professores dos Estados Unidos da América, agremiando 220 mil professores dos diferentes graus do ensino, expressa aqui sua gratidão pela mensagem recebida dos professores do Brasil (...). Os mestres dos Estados Unidos desejam estabelecer com o magistério brasileiro o acordo de fazerem da escola o melhor agente do desenvolvimento dos ideais de fraternidade e amizade internacional. (A NOITE, 1933, p. 4).

As informações encontradas sobre as associações estiveram sujeitas ao crivo da edição dos jornais. Os fragmentos reunidos em nossa pesquisa são resquícios de uma seleção, uma escolha daquilo que já foi reduzido dos acontecimentos. Isso não invalida a pesquisa, mas estamos cientes de que os recortes e as seleções são intencionais. Isto talvez explique o fato da ausência de informações sobre algumas associações de professores, sobre as quais encontramos apenas notas curtas noticiando a fundação, informando sobre alguma reunião, ou notícia de alguma conferência oferecida. São rastros esparsos, descontínuos e inconstantes. Por outro lado, em alguns casos, foi possível acompanhar as práticas organizativas, os sujeitos e as atuações das associações em um período mais longo, o que permitiu fazer várias inferências sobre a atuação e organização docente.



Assim, entre colunas, anúncios e notas avulsas, encontramos informações sobre a Associação dos Professores do Brasil (1900), A Associação de Auxílio Mútuo do Magistério Fluminense (1902), a Liga de Professores Primários (1912), o Centro de Professores Primários Municipais (1915), a Associação Brasileira de Professores (1919), a Liga de Professores (1919), a Associação de Professores do Brasil (1920), a Associação de Professores da Escola Normal (1924), Associação Brasileira de Ensino Profissional (1929), Associação dos Professores Primários do Distrito Federal (1930) e a União dos Educadores do Brasil (1937)³.

Devido às características das fontes utilizadas, não foi possível acompanhar a trajetória de todas as associações citadas. Uma alternativa foi centrar-se nas informações sobre os professores que compuseram as associações, o que contribuiu para compor um quadro mais amplo sobre as práticas estabelecidas. Por outro lado, percebemos uma constante relação com a imprensa por parte da Liga de Professores, a única que conseguimos mapear, em cerca de treze jornais, onde aparecem algumas de suas atividades entre os anos de 1918, quando surgem as primeiras informações, até 1937, quando ocorre a fusão entre a Liga de Professores, Associação dos Professores Primários do Distrito Federal e a Ordem dos Professores, criando-se a União dos Educadores do Brasil.

As “fusões” entre as entidades parecem ter se tornado uma prática comum entre as associações de professores. Fosse incorporando-se às Federações de Trabalhadores, fosse articulando-se entre elas. Em 1932, já encontramos debates sobre a união entre Liga de Professores e a Associação de Professores Primários. Naquele momento, já dividiam o mesmo endereço e articulavam atividades em conjunto. Notamos que essa prática compõe a ideia de movimento, pautada no surgimento de demandas em cada contexto, na complexidade das relações da própria profissão docente, nos limites de atuação, por questões de sobrevivência financeira.

A LIGA DE PROFESSORES

As primeiras informações sobre a Liga de Professores surgem nos jornais em princípios do ano de 1918. *O Imparcial* informou, em uma pequena nota, sobre as “Reuniões”, e convidava todos os professores diplomados e alunos da 4ª série normalista a se reunirem no edifício da Escola Normal, “[...] quando e onde serão lidos e discutidos os estatutos organizados para a Liga de Professores.” (*O IMPARCIAL*, 1918, p. 8). A ideia de criação de uma “Liga dos Professores” partiu de um “[...] grupo de adjuntos recém-formados pela Escola Normal.” (*A NOITE*, 1918, p. 2).

Às onze e meia da manhã do dia vinte e seis de setembro de 1918, em outro local, no edifício do *Pedagogium*, localizado à Rua do Passeio, no centro do Rio de Janeiro, os associados da Liga de Professores Municipais se reuniram para tratar da eleição da diretoria da associação. (*A RAZÃO*, 1918, p. 2). Segundo o jornal *A Noite*, a Liga de Professores teria como finalidade a “defesa da classe e levantamento do ensino”. Assim como observamos nas associações em



geral, a estratégia utilizada pela Liga foi de criar uma “comissão de interesse de classe” que seria responsável por acompanhar:

O poder público na elaboração das leis do ensino e nas orçamentárias, nas promoções, etc.; suscitará reformas e publicará folhetos combativos contra as lesões que continuamente a Diretoria de Instrução e o Conselho produzem no organismo do ensino. Pelo alevantamento da instrução, a Liga bater-se-á contra o analfabetismo: publicará uma revista científica e pedagógica, criará bibliotecas, promoverá conferências, concursos e congressos. Uma das maiores preocupações dos diretores da Liga será, estou certo, a organização da Escola Normal. O programa da novel sociedade é vasto em sua extensão e difícil em sua realização. Mas leva-lo-emos a cabo, porque não nos faltam iniciativas, energias e auxílios. (A NOITE, 1918, p. 2).

A primeira diretoria da Liga de Professores era composta pelos professores: presidente, Manoel Bomfim; Vice-Presidente: Júlio C. de Mello e Souza, Primeira Secretária e Conselho Deliberativo: Felicidade Moura Castro, Segundo Secretário: Hilário Passos, Primeiro Tesoureiro: Antônio Cabral, Segundo Tesoureiro: Manoel D.M. Junior, Primeiro Bibliotecário: Antônio Moreira, Segundo Bibliotecário: Álvaro Gomes, Procurador: Astrojildo Pereira. Conselho Deliberativo – Catedráticos: Maria Reis Campos, Conselho Deliberativo - Adjuntas: De primeira Classe: Arminda A. Macedo, Conselho Deliberativo – Adjuntas de segunda Classe: Julieta Capanema, Conselho Deliberativo – Adjuntas de Segunda Classe Luiza Franciscane, Conselho Deliberativo –Adjuntos de terceira Classe:Eduardo Vasconcelos, Conselho Deliberativo-Adjunto de Terceira Classe: Alice Bustamante, Professorado: Luiz B. Alqueres, Professorado: Josephina da Cruz Machado.

Percebemos na trajetória dos professores que compuseram a primeira diretoria o contato com outras associações docentes: Associação Brasileira de Educação, Associação de Professores Primários. Do mesmo modo, há uma relação com as associações operárias, no caso do anarquista Antônio Moreira, que foi da União Operária Engenho de Dentro e União dos Alfaiates. Podemos destacar ainda a presença de Inspetores Escolares, e diretores de escolas, além da presença de professores da Escola Normal. Do mesmo modo, há professores envolvidos com escolas noturnas, que possuíam uma ligação muito estreita com os trabalhadores, e a vinculação de membros da Liga com os ideais anarquistas. A diversidade da atuação dos membros aponta para a heterogeneidade da categoria docente.

Os estatutos da Liga de Professores foram aprovados em assembleia geral dos professores do Distrito Federal e continham setenta e sete artigos. No final do ano de 1919, foi proposta a modificação dos estatutos, o que ocorreu em assembleia realizada no Liceu de Artes e Ofícios. As modificações aprovadas foram as seguintes:

- 1ª – A Liga de Professores será administrada por uma comissão de 12 membros, eleitos anualmente, em assembleia geral, para tal convocada.
- 2º - A eleição da comissão diretora se realizará no correr da segunda quinzena de novembro e a respectiva posse far-se-á em assembleia geral, quinze dias depois.
- 3º - Os membros da comissão diretora podem ser reeleitos.



- 4 – Uma vez empossados os membros da comissão diretora, escolherão, entre si, um presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário, um primeiro tesoureiro, um segundo bibliotecário, um procurador e cinco [vogais].
- 5º - Esses cargos poderão ser permutados entre os membros da comissão diretora, de três em três meses, excetuando os de tesoureiro e procurador.
- 6º - Os vogais constituirão a comissão de sindicância.
- 7º - Todas as manifestações e documentos da Liga devem ser assinados pela comissão diretora, em conjunto.
- 8º - Todas as intervenções da Liga serão votadas em assembleia geral.
- 9º - A Liga se esforçará para obter que as funções do magistério primário, as de inspetor escolar e de professor da Escola Normal só sejam confiadas a quem tenha o necessário preparo, atestado pelo diploma de escolas normais.
- 10º - Não será admitido como sócio quem, não sendo diplomado, tenha aceitado cargos do magistério primário municipal, depois da fundação da liga.
- 11º - Haverá uma comissão de propaganda, composta de 25 membros, devendo ser um de cada distrito escolar, que escolherá dois outros, para o auxiliarem.
- 12º - A designação para diretor da revista “O Ensino” e para membro da comissão de propaganda, deverá ser feita pela comissão diretora e aprovada pela assembleia geral. O Sr. Álvaro Palmeira apresentou um regimento, para a revista, que foi aprovado. (A NOITE, 1919, p. 4).

Entre os fins da Liga, estavam: “[...] a) agir sempre, lançando mãos dos meios ao seu alcance, para o engrandecimento, progresso, solidariedade e defesa da classe [...] h) realizar congressos pedagógicos.” (O ENSINO, 1919, p. 57) e a criação de bibliotecas. Nota-se um discurso em prol dos direitos dos professores, mas não somente isso. Almejava-se a melhoria da instrução em geral. (SILVA, 2014).

No final de 1920, realizou-se no Liceu de Artes e Ofícios uma assembleia geral da Liga, em que além de tratar de “várias questões de interesse social”, foi eleita a nova diretoria, assim constituída:

Comissão diretora – Professoras Felicidade Pereira de Moura Castro, Alba Canizares do Nascimento, Maria dos Reis Campos, Alcina Moreira de Souza, Laura Joppert de Mello e professores Antonio Cabral, Euclides Mendes Vianna e Alvaro de Souza Gomes. Vogais- Professoras: Georgina Diogo, Ana Lamego, Carolina Silva e Ada Jardim Guimarães. (O JORNAL, 1920, p. 7).

Observa-se que, em 1920, a comissão diretora era composta majoritariamente por mulheres, tendência que permaneceu na comissão seguinte, eleita quatro anos depois, como anunciado pelo *Jornal do Brasil*: Floripes Anglada Lucas aparece como presidente e Jandyra Pereira como secretária geral. Primeiro secretário, Nelson Nunes da Costa e Stella Muniz Aboim como segunda secretária. Tesoureiras: 1ª Diva Maria Vieira; 2ª Alice Rosalina Xavier. Primeira e segundas bibliotecárias: Olga Furtado do Val e Maria Edith Sarthou. Procurador Humberto Teixeira; vogais: Altair Thaumaturgo do Azevedo, Fanny de Lemos, Isabel Cobas Argibay e Hilda Isense. (JORNAL DO BRASIL, 1924, p. 12).

A mudança seguinte de diretoria da Liga ocorreu em 1927. Segundo o *Correio da Manhã*, a eleição seria referente ao biênio 1927-1929. Observa-se, em relação à composição anterior, a permanência de alguns nomes nos mesmos cargos, a mudança de cargos por parte de alguns professores e a inserção de docentes que não compunham a direção anterior. O cargo de



presidente para o biênio em questão permaneceu nas mãos da professora Floripes Lucas. Diferentemente da direção anterior, aparecia o cargo de vice-presidente, que seria ocupado por Mathilde Bruno. Stella Muniz de Aboim passaria a exercer o cargo de secretária geral. A distribuição continuava da seguinte maneira: 1ª secretária, Irene Rabello Dias, 2ª secretária, Clotilde Krieger P. Carneiro; 1ª Tesoureira permaneceu sendo Diva Maria Vieira; 2ª tesoureira, Noemia Eloya de Siqueira; 1ª bibliotecária, Valentina Marcondes; 2ª bibliotecária, Lucília Tavares; procuradora, Alice Bustamante. Vogais: Altari Thaumaturgo de Azevedo, Carmen Costa Matos, Maria Julia Pourchet, Maria da Luz Carvalho, Maria Bomfim Lima. (CORREIO DA MANHÃ, 1927, p. 8).

Por fim, a última informação que encontramos em relação à posse de diretoria da Liga de Professores data do ano de 1931, mandato que abarcava até o ano de 1933. Não podemos afirmar que não houve mais eleições para a direção, mas é fato que, a partir de 1932, intensificaram-se os debates sobre a “fusão” da Liga com a Associação dos Professores Primários, o que parece ter ocorrido. Talvez isso tenha criado uma direção unificada, que atuava a partir da Associação dos Professores Primários. Esta é uma hipótese, já que, a partir de 1933, as notícias sobre a Liga de Professores estavam geralmente atreladas a essa associação.

Atuando como diretoria no biênio 1931-1933, consta o presidente Dr. Diniz Junior, eleito pouco tempo depois Deputado Federal; vice-presidente, D. Eulina de Nazareth; secretário geral, prof. Alvaro de Souza Gomes; 1º secretário, prof. Antonio Malinconico; 2ª secretária, professora Irene Rebelo Dias. Observa-se que os cargos de maior envergadura foram todos substituídos em relação à direção anterior. Houve, também, uma mudança em relação ao recorte de gênero, com a redução do número de mulheres em favor da ocupação por homens. As mudanças dos nomes podiam ter relação com os debates sobre a fusão com a Associação dos Professores Primários, que se iniciaram em 1932. A partir do ano de 1934, iniciaram-se as discussões para a criação da União dos Educadores do Brasil. A ex-presidente Floripes Lucas passou a ocupar o cargo de 1ª tesoureira, e Diva Maria Vieira permaneceu na tesouraria, como segunda. Como 1º bibliotecário, prof. Carlos Teixeira; 2º bibliotecário, professora Juracy Silveira; procurador, professor dr. Jayme Cardoso; vogais: profas. Stela Muniz de Aboim, Judith Carneiro da Cunha, Francisca Catramby, Odila Girão e Tito Padua. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1931d, p. 9).

Através dos integrantes das diretorias da Liga de Professores referente aos anos de 1920 a 1933, podemos perceber alguns aspectos da formação dos docentes que compuseram a associação. Observa-se a presença de professoras diplomadas pela Escola Normal ocupando cargos importantes na entidade, é o caso das professoras: Floripes Anglada Lucas, Stella Muniz Aboim, Alba Canizares do Nascimento e Alcina Moreira de Souza. Note-se, ainda, a presença de inspetores escolares, diretores de escolas e, professores que atuaram em outras entidades, como Georgia Diogo, que atuou no Diretório das Professoras Primárias.



As mudanças e permanências dos membros nos cargos de direção podem representar o movimento e as disputas pela entidade. De todo modo, através da imprensa, foi possível perceber que a Liga manteve-se atuante e inserida nos debates sobre a instrução no período de sua existência. As discussões envolviam questões sobre a carreira, a formação, a relação com o poder público etc. Pelos assuntos tratados nas reuniões da associação, é possível perceber como os professores municipais estavam inseridos nos debates sobre o ensino na cidade. As constantes medidas que envolviam a Instrução Pública Primária não ocorriam sem a participação da Liga de Professores, sendo visto como “[...] natural que ela se pronuncie a respeito.” (A ÉPOCA, 1919, p. 2). Esse “pronunciamento” envolvia tratar de várias questões que abarcavam o cotidiano docente, por exemplo, a discussão sobre o repouso dos professores na quinta-feira. Em 1919, estava em debate no município acabar com o repouso às quintas-feiras. A Liga entendia que “[...] a abolição desse repouso é prejudicial, não só aos professores, mas também aos alunos e ao ensino.” (A ÉPOCA, 1919, p. 2). Como apontado por Vitor Fonseca (2008, p. 83), as associações estavam submetidas à lei n. 973, de 2 de janeiro de 1903⁴, que obrigava o envio de seus estatutos, documento necessário para que fossem registradas, para o “Registro Especial de Títulos e Documentos”. Neles, exigia-se obrigatoriamente “[...] os fins da associação, sua estrutura administrativa, modo de funcionamento e condições necessárias para o ingresso de membros.” (FONSECA, 2008, p. 83). Podemos inferir que, além do cumprimento da lei, “os fins” das entidades visavam responder, de alguma maneira, às demandas dos professores daquele período.

A ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

“Que faz, afinal, a Liga dos Professores?” Esse questionamento não é apenas uma questão de pesquisa, mas trata-se de uma indagação publicada na imprensa em 1924 e respondida pela presidente da Liga dos Professores naquele momento, D. Floripes Lucas. O jornal *A Noite*, “em edição anterior”, havia publicado “uma queixa” “[...] contra a direção da Liga de Professores, que, segundo o reclamante, não preenchia os motivos cardeais de sua existência.” (A NOITE, 1924b, p. 6). Não encontramos em nossas buscas a publicação da carta anônima contra a Liga de Professores, mas, pela resposta da presidente, conseguimos imaginar o seu conteúdo.

A professora Floripes Anglada Lucas afirmava serem falsas as alegações do missivista, concordando apenas com as alegações em relação aos salários, considerados “[...] ridículos os vencimentos que percebem os professores [...]” e dizia, também, ser “[...] verdade que irregularmente têm sido feitos os pagamentos.” (A NOITE, 1924b, p. 6). No entanto, continua sua resposta explicando que a Liga estava agindo para resolver os problemas, tanto que os diretores procuravam com frequência os órgãos responsáveis para reclamarem contra as “[...] irregularidades e o aumento de vencimentos.” (A NOITE, 1924b, p. 6). Segundo a professora, resolver essa questão “[...] tem sido um dos objetivos de todas as comissões Diretoras, e várias



vezes, combatendo por ele, já se agitou o nosso magistério.” (A NOITE, 1924b, p. 6). Note-se aqui um mecanismo utilizado pela associação: a negociação com os responsáveis pela instrução, a busca pelo diálogo, no caso, com o Diretor de Fazenda do município do Rio de Janeiro. Além disso, a Liga teria, também, agitado o magistério. A carta enviada ao jornal *A Noite*, assim como a resposta da Liga de Professores, demonstra os limites de atuação e o poder do alcance da organização dos professores. Ou seja, parece óbvio que as disputas de poder envolvem questões que vão muito além da capacidade de articulação dos professores, seja em qual época for. O interessante é perceber que nesse “diálogo”, via imprensa, é possível perceber as demandas, as insatisfações daquilo que se tornou um limite de atuação, ao mesmo tempo em que demonstra a cobrança por parte dos associados, ou da sociedade em geral, do papel que as associações deveriam cumprir.

O missivista estava atento “aos pontos cardeais” da existência da associação, mas, por outro lado, podemos pensar nos discursos propagados pelas diferentes associações quanto às vantagens dos professores se filiarem em seus quadros. De todo modo, ocorre um reconhecimento da relevância da organização, já que a crítica é feita sobre a diretoria que não estava cumprindo seu papel e não sobre a entidade em si.

Em resposta, a presidente Floripes Lucas destacava que a então comissão diretora “[...] tem defendido os interesses dos professores primários junto à diretoria de Instrução, já ressaltando a necessidade da promoção dos adjuntos, já sugerindo planos para classificação por merecimento.” (A NOITE, 1924b, p. 6). Apesar de apontar a atuação da Liga em benefício da carreira docente municipal, o reclamante diz que “[...] só tem ciência da existência da Liga quando é descontado na mensalidade.” (A NOITE, 1924b, p. 6). A professora divide a responsabilidade de atuação da associação com os sócios. A noção de coletividade, termo muito utilizado nos discursos de convencimento à união, serviu naquele momento como argumento de responsabilização das ações com os sujeitos que compõem a associação, neste caso, os próprios professores, inclusive, o reclamante.

Comparecer às assembleias, participar dos espaços e debates, atuar de forma coletiva, eram prerrogativas necessárias aos filiados para que não deixassem “dúvida sobre sua qualidade de sócio.” (A NOITE, 1924b, p. 6). A presidente ainda deixa claro que não havia espaço para dúvidas sobre a participação de cada um nos espaços, já que era publicado nos jornais e comunicado de forma direta a todos os associados que “na sede da Liga de Professores há todos os dias úteis, e às vezes aos domingos e feriados também, das 4 às 7 horas da noite, um diretor à disposição dos membros do magistério.” (A NOITE, 1924b, p. 6). Dito isto, com certa ironia narrativa, a professora Floripes Lucas fez uma convocação para uma assembleia geral que se realizaria em breve e que “comparecendo a ela e ouvindo a leitura do relatório” teria o missivista ciência dos trabalhos realizados pela Liga de Professores. (A NOITE, 1924b, p. 6). Por fim, em resposta ao questionamento “Que faz, afinal, a liga de Professores?”, a presidente responde:



A Liga de Professores tem trabalhado em benefício do professorado e se pouco tem conseguido culpa não cabe nem à atual nem às anteriores comissões diretoras e sim à dificuldade em encontrar professores que disponham de tempo para consagrá-lo à classe. E, por isso, dizem que não somos solidários e temos pouca força. Mas, felizmente, parece-nos que já não poderão mais murmurar tal. Nosso professorado mais uma vez agita-se e, se unidos estivermos, certo venceremos. (A NOITE, 1924a, p. 6).

Novamente observamos a estratégia discursiva utilizada em vários momentos pelas associações. “Se unidos estivermos, certo venceremos”. Isso não significa que a “união” representasse um consenso em torno das medidas das associações. Havia uma complexa rede que envolvia diferentes perspectivas políticas, educacionais e relações de poder. Podemos inferir que ocorria, também, uma disputa pela direção das entidades. Neste aspecto, uma crítica pública dirigida à comissão diretora feita na imprensa pode ter sido uma estratégia para disputar esse espaço. Pertencer a alguma associação de professores parece ter se tornado um cargo relevante e de grande expressão, ao menos no quesito de angariar uma visibilidade pública.

Os eventos políticos ocorridos em 1930 abriram o debate sobre a elaboração de uma nova Constituição. Nesse momento, a Liga de Professores realizou uma assembleia cuja finalidade seria escolher um delegado da associação que “[...] deverá escolher os representantes profissionais à Assembleia Constituinte.” (CORREIO DA MANHÃ, 1933a, p. 3). O indicado pela liga para ser representante na Assembleia Nacional Constituinte foi “[...] o inspetor escolar Diniz Junior.” (CORREIO DA MANHÃ, 1933b, p. 4). A sua influência parece ter sido considerável, pois, pouco tempo depois, o ex-diretor da Liga de Professores foi eleito Deputado Federal pelo Partido Liberal. A Associação dos Professores Primários e a Liga de Professores ofereceram, em sua sede, uma homenagem ao Dr. Diniz, por alcançar tal feito. Os dois fatos, a eleição e a homenagem, podem ser considerados atos políticos, que têm em sua base o professorado. (JORNAL DO BRASIL, 1925, p. 10). Em 1934, o professor Álvaro Palmeira, que também foi integrante da Liga de Professores, saiu candidato a vereador pela “Frente Única do Distrito Federal”, formada “[...] pelos Partidos Economista e Democrático e pelas demais forças políticas representadas.” (A NOITE, 1934, p. 4). O nome do professor aparece na lista dos suplentes eleitos para a Câmara Municipal com cerca de vinte e seis mil votos. (A NOITE, 1934, p. 2).

As relações e aproximações das associações com a representação política configurou-se em uma estratégia dessas entidades na resolução de demandas. A Associação Brasileira de Ensino Profissional tinha na figura do Deputado Fidelis Reis um “[...] vanguardeiro incansável da campanha pelo ensino técnico [...]”, e retribuía dando visibilidade, a partir de sua base, ao deputado. (JORNAL DO BRASIL, 1929, p. 12). Isso pode ser percebido na sessão que inaugurou uma “série de conferências” em que Fidelis Reis fez um discurso de abertura falando aos presentes:

Como negar o concurso da minha palavra a uma instituição cujo programa visa, exatamente, a solução do problema que tem constituído a maior preocupação da minha



vida de parlamentar e de político e em que, a meu ver, se assentam os fundamentos do nosso progresso, a principal base da organização nacional? (O JORNAL, 1929, p. 15).

A associação, além de oferecer o espaço de fala, dava visibilidade pública na comunicação com o parlamentar. Em publicação no *Jornal do Brasil*, a entidade divulgou um ofício enviado ao deputado em que dizia que, mesmo os estatutos não permitindo as manifestações de caráter político, apenas “[...] que aconselhemos aos nossos companheiros os candidatos que maioria probabilidade oferecem ao futuro do ensino profissional [...]”, “aconselharam” aos sócios a candidatura Julio Prestes e Vital Soares. (JORNAL DO BRASIL, 1930, p. 15). O ofício encerrava-se com a agremiação, “[...] representante única e legítima do ensino profissional brasileiro [...]” parabenizando o deputado pela “[...] recente reeleição para a Câmara Federal.” (JORNAL DO BRASIL, 1930, p. 15). Os casos acima apresentam professores com diferentes nuances ideológicas e, ao que parece, usaram de uma potencialidade que as relações nas associações angariavam. Por mais que houvesse desavenças, complexidades relacionais, divergências políticas, discordâncias e disputas, também pode ter havido uma articulação através da representatividade profissional, potencializada e canalizada pela associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 1918 até 1937, encontramos várias informações sobre a Liga de Professores nas páginas de treze jornais pesquisados⁵. Neste aspecto, a Liga de Professores permitiu realizar um mapeamento mais apurado sobre as práticas, a circularidade dos sujeitos, a sociabilidade empreendida pelos professores e pela associação. Mesmo que tenhamos encontrado apenas indícios de algumas associações, acreditamos que foi possível perceber uma similaridade nas ações, assim como especificidades de algumas entidades.

Centramos nossa análise nas finalidades e justificativas que elas mesmas apresentaram ao professorado. Notamos os discursos e estratégias de convencimento pela união, e por fim, os ganhos ou vantagens que o professorado teria ao se associar. Vimos, também, os tipos de organização: beneficente, de ajuda mútua, e de “defesa”.

Percebemos um modo de agir comum entre as associações, quase uma experiência de atuação docente a partir da organização dos professores, que inclui acompanhamento da elaboração das leis, participação nas reformas, publicação de panfletos, revista científica, criação de bibliotecas, promoção de conferências, congressos etc. A descrição das diretorias nos permitiu observar a grande ocupação das mulheres entre os membros da Liga, principalmente após a segunda diretoria, tendo ocupado, inclusive, o posto de presidenta.

REFERÊNCIAS

© Rev. HISTEDBR On-line	Campinas, SP	v.20	1-23	e020033	2020
-------------------------	--------------	------	------	---------	------



A ÉPOCA. Rio de Janeiro, ed. 2435, 17 mar. 1919, p. 2.

A ESCOLA PRIMÁRIA. Rio de Janeiro, ed. 02, 01 maio 1931, p. 26.

A ESCOLA PRIMÁRIA. Rio de Janeiro, ed. 10, 01 jul. 1917, p. 267.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 2436, 25 set. 1918, p.2.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 2856, 23 nov. 1919, p. 4.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 4370, 27 jan. 1924a, p. 6.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 4545, 21 jul. 1924b, p. 6.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 7326, 19 abr. 1932, p.2.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 7605, 25 jan. 1933, p. 4.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 8212, 04 out. 1934, p.4.

A NOITE. Rio de Janeiro, ed. 8297, 29 dez. 1934, p.2.

A RAZÃO. Rio de Janeiro, ed. 642, 26 set. 1918, p. 2.

A RUA. Rio de Janeiro, ed. 276, 08 out. 1919, p. 4.

ASCOLANI, A. La internacional Del Magistério Americano: creacion y repercusiones (1928- 1930). In: GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia; ROSSO, Sadi. (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**. Teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ed. 10001, 23 ago. 1927, p. 8.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ed. 11826, 22 jun.1933a, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, ed. 11836, 04 jul. 1933b, p. 4.

COSTA, A. L. J. da. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência**. 2012. 274f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 225, 1931a, p.7.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 331, 1931b, p.7.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 344, 1931c, p. 7.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 502, 1931d, p. 9.

DIAS, A. **Apostolado cívico e trabalhadores do ensino**: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946). 2008. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FONSECA, V. M. M. da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. RJ, Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ed. 313, 12 ago. 1920, p. 1.

GIL BLAS. Rio de Janeiro, edição 25, 31 jul. 1919, p. 6.

GOMES, A. C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ed. 100, 26 abr. 1930, p. 15.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ed. 107, 04 maio 1925, p. 10.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ed. 165, 13 jul. 1934, p. 14.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ed. 193, 12 ago. 1924, p. 12.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ed. 220, 13 set. 1929, p. 12.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, ed. 223, 12 ago. 1920, p. 8.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, ed. 321, 21 nov. 1923, p. 6.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 25-38, fev. 1998.

LEMOS, D. A. C. **O discurso da ordem**: a constituição do campo docente na Corte Imperial. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEMOS, D. A. C. **Professores em movimento**: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial. Minas Gerais. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIGNOT, A. C.; GONDRA, J. G. (org.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.



NÓVOA, A. (org.). **Profissão Professor**. Porto Editora: Porto, 1999.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, n. 4, 1991.

O ENSINO. Rio de Janeiro, abril 1919, p. 57.

O IMPARCIAL. Rio de Janeiro, ed. 107, 18 abr. 1918, p. 8.

O JORNAL. Rio de Janeiro, ed. 00536, 1920, p. 7.

O JORNAL. Rio de Janeiro, ed. 3336, 1929, p. 15.

O PAIZ. Rio de Janeiro, ed. 14698, 1925, p. 5.

O PAIZ. Rio de Janeiro, ed. 15608, 1927, p. 4.

SILVA, M. G. Imprensa docente na Primeira República: as representações dos professores na revista O Ensino (1919-1920). CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 11., 2014, Toluca, MEX. **Anais [...]**. Toluca, MEX: Colégio Mexiquense, 2014.

TEIXEIRA, G. B. **A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro**: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1919). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VOZ DO POVO. Rio de Janeiro, ed. 124, 1920, p. 1.

XAVIER, L. **Associativismo docente e construção democrática**. Brasil-Portugal: 1950-1980. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação- GRUPPHED/UESC. Contato: mgsilva@uesc.br

² Presidente da Liga de Professores

³ As datas remetem aos anos de fundação de cada entidade listada. Não foi possível, pela pesquisa realizada, definir o tempo de duração de cada associação.

⁴ Existiu uma regulamentação legal sobre as associações desde o período imperial. A República dá continuidade a esse procedimento criando várias leis que deliberavam sobre as exigências para se constituir uma associação.

⁵ Foram feitas buscas por palavra chave na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do ano de 1918 até 1937. Reunimos informações dos jornais: A Noite, A Época, A Razão, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Jornal do Comercio, O Brasil, O Imparcial, O Jornal, O Paiz e Voz do Povo.